

LÓGICAS E MÉTODOS – DAS FILOSOFIAS ÀS TEORIAS DA HISTÓRIA

Itamar FreitasProf. Dr. do Departamento de Educação Universidade Federal de Sergipe
Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória)/UFSContato: resenhacriticaalertas@gmail.com**Resumo**

Neste artigo, avançamos na empreitada de comparação entre manuais de Lógica e manuais de Teoria/Metodologia da História. Nosso objetivo é reforçar uma hipótese: a ideia de que a estrutura dos mais conhecidos discursos sobre o método copia a estrutura dos manuais que ensinavam a arte de ordenar os raciocínios ou a Lógica. Na primeira parte do texto, inventariamos fins e temas de manuais de Lógica e examinamos o lugar do “método” nesses instrumentos propedêuticos. Na segunda, buscamos os significados de “método” nos textos de Lógica e algumas apropriações de Lógica nos manuais de Teoria e Método da ou para a Ciência Histórica.

Palavras-chave: Lógica, Método Histórico, Filosofia da História, Teoria da História.LOGICS AND METHODS - FROM PHILOSOPHIES TO THEORIES OF
HISTORY**Abstract**

In this article, we advance in the task of comparing Logic manuals and History Theory/Methodology manuals. Our goal is to increase a hypothesis: the idea that the structure of the best-known speeches on the method of copy the structure of the manuals that taught the art of ordering reasoning or Logic. In the first part of the text, we list the purposes and themes of logic manuals and examine the place of “method” in these propaedeutic instruments. In the second part, we look for the meanings of “method” in Logic texts and some appropriations of Logic in Theory and Method manuals of or for Historical Science.

Keywords: Logic, Historical Method, Philosophy of History, Theory of History.

Introdução

Manuais de Lógica, principalmente os produzidos em cátedras universitárias de Filosofia, na Itália, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha, são um bom objeto de comparação com manuais de Teoria e Metodologia da História (TMH), mas, apenas em termos de analogia, isto é, como estímulo à compreensão de algumas escolhas dos escritores e não por encarnarem supostos ancestrais dos manuais propedêuticos. É provável que o primeiro (entre os historiadores do método) a exercitar a comparação sistemática dos escritos de TMH do século XIX com os escritos de Lógica dos três séculos precedentes tenha sido o Filósofo (e autor de livros de Lógica) Giovanni Gentile (1875-1944), em artigo (bastante elogiado por Croce) publicado no ano de 1909.

Gentile (1909, p.138) foi também o primeiro historiador, entre os historiadores do *methodus* a identificar o par “investigação / exposição” ou, como ele mesmo escrevia, as operações de “metodologia” e as operações de “*ars historica*”¹ tanto nos manuais de “método histórico” como nos manuais de Lógica do século XVII. Ele, contudo, não gostou do que leu porque viu demasiada ênfase nas operações de comunicação em detrimento da pesquisa. Cem anos antes, o Teólogo e professor de Filosofia da Universidade de Marburg, Ludwig Wachler (1767-1838) escrevera, talvez, a primeira história da Historiografia europeia, ressaltando a dicotomia que seria desprezada por Gentile tanto no título, *História da pesquisa e da arte histórica* (*Geschichte der historischen Forschung und Kunst seit der Wiederberstellung der litterarischen Cultur in Europa* 1812/13), como nos elementos textuais do seu trabalho, onde “pesquisa” designava matéria metahistórica e “arte” representava as coisas necessárias à escrita histórica de material substantivo (Wachler, 1813, p.vii, p.834-936).

Da nossa parte, percebemos o valor do par (investigação / apresentação) e da necessidade da comparação quando nos deparamos com a esparsa (embora crescente) referenciação de títulos de Lógica (o *Órganon* de Aristóteles e o *Novo órganon* de Bacon), autores de Lógica (I. Kant e W. Hegel) e, de modo mais significativo, com os apelos que os escritores de propedêutica histórica faziam aos termos “lógico” e “logicamente” para justificar os usos de procedimentos analíticos e sintéticos, por exemplo.

¹ A literatura sobre a *ars historica* é extensa. Consultamos apenas os textos da coletânea de Giana Pomata e Nancy G. Siraisi (2005) e os trabalhos monográficos de Antony Grafton (2005, 2007)..

Vamos aprofundar essa comparação, inventariando fins e temas de manuais de Lógica e examinando o lugar do “método” nesses instrumentos propedêuticos. Em seguida, vamos buscar os significados de “método” nos textos de Lógica e demonstrar algumas apropriações de Lógica nos manuais de Teoria e Método da Ciência Histórica ou para a Ciência Histórica, entre os séculos XVIII e XIX, nos ambientes de produção intelectual situados nos países que hoje conhecemos como da Itália, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha.

1. Fins e temas

A primeira analogia entre os domínios da Lógica e as concepções de *methodus* dos nossos escritores pode ser feita em termos de fins e temas para cada empreendimento. No que se refere aos fins, os textos de Lógica² poderiam ser classificados, tipicamente, como auxílios formais do conhecer – e é o que fizemos aqui (SILVA, 1813, p.446. v.1). Ao fundo de cada conhecimento professado estavam posições (céticas, dogmáticas ou críticas) sobre a possibilidade de apreender ou representar os objetos (as coisas ou a realidade), sobre lugar onde a realidade poderia ser encontrada, percebida e concebida (sentidos externos, imaginação e entendimento) (KANT, 2013, p.612-614) e, ainda, sobre a moral que governaria os fins e os meios prescritos pelos domínios da Lógica.

Na *Introdução à doutrina da razão* e no *Exercício da doutrina da razão* (1691), ambos escritos pelo professor de Direito da Universidade de Halle, Christian Thomasius (1655-1728), por exemplo, tal domínio tinha por objeto as regras para a descoberta e a comunicação das verdades racionais e das verdades históricas, cuja aquisição era uma obrigação de todo “ser decaído” (em versão agostiniana). Inferiores (embora não opostas) à “verdade revelada” dos livros sagrados, as verdades do mundo deveriam ser buscadas, inicialmente, com o auxílio de um professor e, depois, sob os esforços dos poderes mentais de cada um, como forma de aperfeiçoar “diariamente” a sua compreensão sobre o mundo. (Thomasens, 1719, p. 5).

Contingências desse e de outros tipos (sobretudo, de compreensões mundanas) foram as principais razões para a variação dos fins, entre as primeiras iniciativas modernas de reforma

² Para o mapeamento dos textos mais influentes na construção dos manuais de Lógica, consultamos sínteses de “História da Lógica”(FRANK, 1838; BLAKEY, 1851; NEIL, 1859; CROCE, 1917; BELNA, 2014), os volumes do *Handbook of the History of Logic* (GABBAY; WOODS, 2004/2009) e artigos monográficos sobre autores e manuais.

do *Órganon* de Aristóteles, a exemplo da Lógica de Petrus Ramus, e as Lógicas concomitantes à publicação dos textos propedêuticos de Droysen e Langlois e Seignobos, como aquela Lógica empiricista produzida por S. Mill (1843) e também aquela outra, opositora racionalista, escrita por W. Wundt (1883). Assim, os textos de Lógica foram construídos como instrumentos viabilizadores da declaração da verdade ou da falsidade (Ramee), da certeza demonstrada e da natureza interpretada (Bacon), da verdade distinguida e bem julgada (Descartes) e do juízo verdadeiro e exato (Arnauld e Nicole).

Também foram os seus fins a verdade conhecida e racionalmente justificada (Balmes), o conhecimento certo / aprendido e o conhecimento provável / recitado (Meier) e as regras do julgamento ou o conhecimento avaliado ou retificado (Kant). As variações, como vemos, além das clássicas divergências em termos de Moral, concepções de origem do conhecimento e de utilidade da Lógica, estavam, sobretudo, no número de coisas da Lógica, como nos casos da simples disputa (ou raciocínio), em Ramee, da aprendizagem e da recitação, em Meier. Estavam também nos limites do alcance das suas normas, traduzíveis, por exemplo, nos graus de certeza de Bacon e nas regras necessárias (inatas) ou contingentes (dependentes dos sentidos externos) de Kant.

No fundo, excetuadas as situações nas quais os lógicos ocuparam todo o seu texto na definição de verdade (Hegel) ou se afastaram da função utilitária imediata demandada pela docência – a exemplo do ensinar a raciocinar por silogismos (Kant) –, as respostas sobre as finalidades convergiram, predominantemente, para as generalizadas expressões de identificar as regras do conhecer e identificar as regras de comunicar.

Essa mesma estrutura predominante nas Lógicas foi empregada pelos escritores de textos de TMH, expressas, por exemplo, sob as díades conhecer e representar (Mortet), investigar e expor (Bauer e Ballesteros) e descobrir e sintetizar (Firth).

O vigor dessas estruturas em alguns escritos e a sua instabilidade em outros tantos, no século XIX, em países europeus, guardam certamente alguma relação com as mudanças no ensino de Lógica, efetivadas no século XVII.

Naquela época, o *Organon* de Aristóteles permanecia modelo escolástico (combinado ou contraditado com proposições extraídas de Platão ou dos filósofos Pré-Socráticos). Contudo, da insatisfação com os seus limites emergiram alternativas que refletiam a arquitetura dos

programas de ensino em colégios de Artes ou em faculdades, reformados por seus respectivos catedráticos.

O aprendizado clássico (aristotélico) do instrumento necessário ao conhecimento das coisas prescrevia, então, as macro-operações de conhecer e demonstrar: conhecer a estrutura de palavras, as proposições e as formas gerais de expressão (verdadeiro, provável ou falso) e demonstrar a verdade (analítica), a probabilidade (dialética) ou falsidade (sofística) das proposições.³ Por uma série de razões reiteradamente narradas nas histórias da Lógica,⁴ essa estrutura do instrumento do conhecer aristotélico foi alterada entre os séculos XVI e XVIII. Naquele tempo, a operação de descobrir (inventar ou investigar) ganhou maior importância e o comunicar (expor ou compor) ganhou certa autonomia ou recebeu novas metas provenientes dos domínios da Retórica e da Poética. A leitura de obras produzidas nesse período (ver quadro 1) nos possibilitou a clara percepção de que os escritores oscilaram entre a ênfase na operação de comunicar, a ênfase na operação de descobrir ou o equilíbrio entre a demonstração e a investigação, explicitada nas tarefas escolares de aprender para si e aprender para ensinar aos outros.

Um dos exemplos mais citados dessas mudanças foi a experiência de Giacomo Zabarella (1533-1589), descrita no livro *Opera logica* [1597]. Condicionado pelas demandas dos alunos da Faculdade de Medicina, esse aristotélico ortodoxo e professor de Filosofia Natural da Universidade de Pádua reconheceu a existência de dois métodos relacionados às finalidades do conhecer e do aprender (ASHWORTH, 2008, p.615-616). Ao primeiro nomeava “*methodus*” (método “resolutivo” ou de conhecimento) e ao segundo “*ordo* ou *ordines*” (método “compositivo” ou de demonstração). Para os fins atribuídos à Lógica no seu cotidiano de professor, entretanto, priorizou as operações da “demonstração”, valorizando esse domínio como ferramenta para a melhoria da aprendizagem. (MIKKELI, 1992, p.81-82, p.86-87).

Outra mudança importante, efetuada na Lógica por Zabarella, foi a separação entre “*Historica*” e “*ars historica*” (MIKKELI, 1992, p.75-76), base para as diferenciações de “história” (evento,

³ Segue a descrição das partes da Lógica de Aristóteles: 1. “Categorias” – formas do pensamento; “Interpretação” – formas gerais de expressão do pensamento (verdadeiro, provável ou falso); “Analíticos” (demonstração) – formas de expressão da verdade; “Dialética” (ou “Tópica”) – formas da probabilidade; e “Sofística” – formas do erro. O método (ou a Lógica) é constituído pelas três formas de expressão: Analíticos (demonstração), Dialética (tópica) e Sofística. Categorias e Interpretação são partes propedêuticas.

⁴ Uma das mais significativas, para o nosso trabalho, foi contada recentemente por Sellberg Erland (2016), que explora as disputas pelas significações de “método” (adquirir ou exibir conhecimento), de “ordo” (ensinar ou exibir conhecimento) ou da maneira correta de proceder (do geral para o particular e vice-versa).

representação do evento e reflexão sobre o evento a partir das representações escritas), explicitadas pelo lexicógrafo Benjamin Herderich (1645-1748), em 1709. (Pandel, 1990, p. 130). No seu *Guia para as ciências históricas mais nobres* (1709),⁵ ele empregou a palavra “método” apenas uma vez, atribuindo-lhe o significado de modo compacto para apresentação de um conjunto de “ciências auxiliares”. (HEDERICH, 1711, p. viii-ix). Mediado por Hederich, Zabarella também serviu à invenção de conceitos e à estruturação de domínios típicos da “Historiografia” (tomada como Teoria da História) e da “Historiomathia”, entendida como responsável pelas regras de aprender História (autodidática) e regras para ensinar História (didática).

Foi esse o esquema que Johann Christoph Gatterer (1727-1799) criou na Universidade de Göttingen (Pandel (1990, p.130-131, p.135; GEIGER, 1908, p.42, p.45), no último terço do século XVIII, interpretado como ponto zero da Teoria da História ou do método histórico por uns e, também, anacronicamente, como iniciativa de institucionalização da História na Universidade sob modelo interdisciplinar.

Foi também esse esquema dicotômico de significar *methodus* – conjunto de regras para escrever e conjunto de regras para ensinar – que Moeller (filho) recuperou como modelo formativo para os pós-graduandos em História e/ou futuros professores de História na Bélgica, no último quartel do século XIX, mesmo sabendo que o seu responsável (Moeller-pai) havia escrito a proposta na primeira metade do século XIX, inspirando-se na experiência como aluno de universidades alemãs, onde a orientação de propostas semelhantes a de Gatterer (“historiografia” / “historiomathia”) era bastante comum.

A Lógica aristotélica também foi modificada com a agregação de operações do domínio da Retórica escolástica. A *inventio* e o *iudicium*, segundo os desejos do francês Pierre Ramee (1515-1572), deveriam constar como elemento da Dialética (RAMEE, 1555, p.121). Diferentemente de Zabarella, que queria aprofundar o conhecimento sobre a Filosofia Natural, já abordada no texto de Aristóteles, Ramee era um professor de Eloquência e Filosofia, interessado em facilitar a aprendizagem e demonstrar a utilidade dos estudos de humanidades prescritos pela Universidade de Paris. Seu propósito não era tanto a descoberta de novos conhecimentos e sim a sistematização e a organização dos argumentos conhecidos, ou seja, a melhoria do currículo, em termos de estratégias de ensino e de aprendizagem. A Lógica, então

⁵ [Anleitung zuden fuernehmsten historischen Wissenschaften].

marcada pelas operações de análise e síntese, deveria ser útil aos alunos em todas as “artes” (História e Literatura, por exemplo).

Esse interesse o fez negar a diferença entre o “*methodus*” (com o significado de descoberta) e método como “*ordo*” (com o significado de ensino) e defender o emprego dos dois conjuntos de operações para uma mesma tarefa, no seu caso, a leitura dos antigos: decompor um texto em seus elementos lógicos e compor um texto seguindo os procedimentos adotados para a análise textual que se findava. (ERLAND, 2016). Essa tentativa de unificação dos métodos inventada por Ramee foi o que possibilitou, em parte (VASOLI, 1996, p.8), a construção de uma das primeiras e mais controversas ideias de método histórico do século XVI: *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566).

Evidentemente, o seu responsável, o jurista Jean Bodin (1530-1596), não se empenhava em tornar científico um domínio chamado História. Seus interesses estavam bem longe dos debates sobre teoria do conhecimento histórico do final do século XIX. Apoiando-se nas ideias de método de Ramee, os escritos de História examinados por Bodin foram transformados em instrumento para sistematizar corpos legais dispersos no tempo e no espaço e viabilizar a invenção e uma espécie de Direito Universal. O método que lhe facilitaria a tarefa, a “aplicação da análise à leitura das histórias”, consistia na classificação dos gêneros de histórias, de historiadores e, adiante, a comparação de conteúdos substantivos como as formas de Constituição e de governo em várias partes do mundo. (BARROS, 2012, p.172, p.180, p.186-187).

Bodin foi citado como exemplo positivo e negativo por quase todos os historiadores da passagem do século XIX ao XX que historiaram o “método”, o “método histórico” ou a “crítica histórica”. Até mesmo o experiente escritor Bernheim, que cultivava a ciência Histórica como investigação e representação, atribuiu valores exagerados (BERNHEIM, 1888, p. 128) àquela invenção bodiniana de “método histórico”, centrado em práticas de classificar e de ler histórias.

Dois exemplos bem mais conhecidos de iniciativas modificadoras da estrutura das Lógicas de base aristotélica, deflagradas pela diferenciação dos objetivos perseguidos por seus cultores, foram o *Novo organon* (1620), de Bacon, e o *Discurso do método* (1637), de Descartes. Ambos compreenderam a Lógica, respectivamente, como operações de “invenção” de “novas verdades” e operações para o “aperfeiçoamento do espírito”. Bacon quis “inventar” ou descobrir uma nova arte (as Ciências Naturais) e Descartes prontificou-se a aprender a usar

melhor a sua capacidade de julgamento. (ROUX, 2012, p. 11-12, p. 15). Os dois punham ênfase na investigação (descoberta) de novas verdades e reclamavam da insuficiência dos instrumentos disponibilizados pela escolástica: “nós rejeitamos (declarava Bacon) a prova por silogismos [método de indução] porque ela opera em confusão [de palavras e imaginação] e permite que a natureza escape de nossas mãos. [O silogismo está] bastante divorciado da prática e é completamente irrelevante para a parte ativa das ciências.” (BACON, 2014, p. 19).

Descartes (1989, p. 43) fazia crítica idêntica ao afirmar que a Lógica baseada em silogismos servia muito “mais para explicar a outrem as coisas que já se sabia”. Além disso, haveria nos silogismos bons preceitos, mas também preceitos “nocivos e supérfluos”, sendo quase tão difícil separá-los quanto tirar uma “Diana ou uma Minerva de um bloco de mármore que nem sequer está esboçado.”

Quando comparamos essas concepções, fins e temas de lógica dos filósofos e as concepções fins e temas de método dos escritores de propedêutica histórica, percebemos com facilidade que a Lógica de Descartes (as condições do conhecer e as quatro regras fundamentais) foi consumida por Tardif e o princípio básico do raciocinar cartesiano – a dúvida metódica – atravessou as operações de interpretação de Seignobos.

Percebemos ainda a dedicação de Droysen à construção de um *Organon* – uma Lógica – para a Ciência Histórica, com referências aos *idola* baconianos que depurariam a imagem construída pelo historiador, resultante da relação entre o que ele percebia nos restos do acontecido e o que ele desejava que pudesse acontecer no seu entorno.

Por fim, reiteramos, é fácil detectar o desprezo pelo silogismo aristotélico, não apenas como instrumento do conhecer em Ciências Naturais, mas também na História filosófica (ou na Filosofia histórica). Essa prática foi manifestada por Collingwood na construção da sua Lógica da História. Com esses casos, chegamos ao terreno dos métodos nas Lógicas e nas Ciências Históricas.

2. Significações de método

Na Lógica de Aristóteles (2010, p. 347-350), o silogismo estava situado na Dialética (também chamada de Tópica). Era um instrumento para raciocinar que servia à invenção (investigação) e também demonstração (sustentação do argumento). Aristóteles já grafava “métodos”, mas

Ramee (1555, p. 3), como vimos, acusou um erro do estagirita: a distinção entre os caminhos para a demonstração da verdade (Analíticos) e os caminhos para a demonstração da opinião (Dialética). Para Ramee (1555, p. 119-120), contudo, haveria apenas um método, realizado no dispor as coisas no discurso (sintaxe). Método, na versão de 1555, significava “disciplina” [ordem] e “disputa” a serviço do julgamento.

Quadro 1 – Lugares do método na arquitetônica dos textos de Lógica (Século XVI – Século XIX)

Autor	Ano	Estrutura
Aristóteles	335/323	Categorias / Interpretação / Analíticos / Dialética / Sofística
Ramee	1555	Invenção / Julgamento
Zabarella	1578	Lógica / Sylogismo / Método / Conversações, demonstrações em definições...
Bacon	1620	Divisão das ciências / Novo órganon / Fenômenos do universo...
Descartes	1637	Discurso do método / Ótica-Meteorologia-Geometria
Port-Royal	1662	Concepção / Julgamento / Raciocínio / Método
Wolff	1712	Discurso preliminar / Teorética / Prática
Berkeley	1710	Princípios do conhecimento / [A segunda parte é desconhecida]
Meier	1752	Conhecimento / Aprender / Ensinar / [Características] do estudioso
Kant	1800	Analítica ou Doutrina Geral dos elementos / Dialética ou Doutrina geral do método
Hegel	1812/13	Doutrina do Ser / Doutrina da Essência
Mill	1843	Nomes e proposições / Raciocínio geral / Indução / Lógica das Ciências Morais
Balmes	1846	Faculdades auxiliares / Faculdade principal – entendimento / Método
Wundt	1880/83	DG do Método / Matemática / C. do Espírito / C. Históricas / C. de Leis / Filosofia

Produzido pelo autor a partir de: Ramee (1555), Zabarella (1758), Bacon (1620), Descartes (1637), Port-Royal (1662), Wolff (1712), Berkeley (1710), Meier (1752), Kant (1800), Hegel (1812), Mill (1843), Balmes (1846) e Wundt (1880). Obs.: (DG) – Doutrina Geral.

Na estrutura do discurso de Bacon (1909, p.62, p.78, p.235), o instrumento de descoberta das ciências ocupava a parte central (quadro 1, linha 5). Seu método reunia os movimentos de (1) inferir os axiomas e (2) fazer novas experiências a partir dos axiomas já formados, designados como indução-experimentação e dedução-experimentação.

Já os movimentos sugeridos por Descartes (1637, p. 20-23) seguiam quatro regras: (1) evidência-intuição, (2) análise, (3) dedução e (4) enumeração. O *Método* era a primeira parte da publicação. A segunda demonstrava a serventia do instrumento para o cálculo e as respectivas descobertas no campo da Ótica. Observando a estrutura do *Discurso* de Descartes, percebemos que o seu “método” praticamente assumiu (ROUX, 2012, p. 6-7) as antigas funções da “Lógica”.

O mesmo não podemos dizer de Bacon que isolou as operações de método em uma parte da obra (com majoritário significado de ensino) e preferiu, predominantemente, os termos “*via*”, “*ratio*” e “*organum*” para referir-se aos caminhos da descoberta e avaliação do conhecimento (Menna, 2014, p.12n).

Foi com esse tipo de informação e procedendo por analogia inversa no tempo (passado / presente) que conseguimos minimizar o estranhamento em relação às Teorias de Droysen e de Seignobos, ou seja, a legítima possibilidade de a palavra e as coisas do “método” situarem-se como parte de uma Teoria (o *Esquema* de Droysen, versão 1882) ou serem transformadas, praticamente, em toda a Teoria da História (o “ensaio sobre o método”, de Langlois e Seignobos, e a primeira versão do *Esquema* de Droysen – 1857/8).

Quadro 2 – Métodos de análise e de síntese na *Lógica Port-Royal* (1662)

	Análise	Síntese
Fins da Lógica	<i>Descobrir a verdade</i>	<i>Provar a verdade aos outros</i>
Designações de Método	<i>Método de resolução</i>	<i>Método de composição</i>
	<i>Método de invenção</i>	<i>Método de doutrina</i>

Elaborado pelo autor a partir de Arnauld e Nicole (1668, p.391-392).

Na *Lógica de Port-Royal* (1662) – uma expressão exemplar da Lógica cartesiana (quadro 2) –, os jansenistas radicados em Paris, Antoine Arnauld (1612-1694) e Pierre Nicole (1625-1695), apresentavam apenas duas possibilidades de método, destinados, respectivamente, à resolução de problemas (problemas de palavras e de coisas) e à demonstração dos seus resultados.

Tal prescrição, situada na última parte do escrito jansenista, nos deu uma nítida ideia da profusão de termos e de significados para método (caminho para o descobrir / provar ou caminho analítico / sintético) que seriam empregados adiante em outros domínios e gêneros

(quadro 2) e também no manual de Tardif (método de ensinar e método de investigar) que, por sua vez, se orgulhava de empregar a Lógica e a erudição francesas.

Uma dessas distinções (método como investigação e método como exposição) foi mantida na *Arte de cultivar a razão* (1712), texto seminal de Lógica em língua alemã, de C. Wolff (1735, p.46). Ele declarou que o conjunto de regras destinadas ao raciocínio e empregadas na Filosofia era o método matemático, ou seja, aquele que prescrevia o uso de sujeitos e predicados precisos, ordenados e admitidos como verdadeiros.

Wolff (1735, p.1, p.166-168) referiu-se às verdades históricas como não demonstráveis e sim acreditáveis. Se esse tipo de conhecimento não possuía fundamentos incontestáveis (definições, axiomas e experiências claras), estabelecidos de modo irrefutável (via silogismos), “História” não seria, evidentemente, uma “ciência”, ele afirmou.

Esse raciocínio (entendido por nós a partir das premissas de Wolff) pode ter sido o problema que mobilizou os esforços de Johann Martin Chladenius (1710-1759) a construir uma Lógica para a História (História qualificada como *Geschichtswissenschaft* e não *ars historica*) a qual designou de *Ciência Histórica geral* (1752).

Era, então, o mesmo Chladenius abonado por Langlois e Seignobos no seu “ensaio sobre o método”. Contudo, apesar de oferecer caminhos para a aquisição da “certeza” e da “probabilidade” históricas, do “aprender uma História” e da “arte de escrever História” (temas, respectivamente, relativos à analítica, dialética, análise e composição), Chladenius (2013, p.231, p.257, p. 282, p. 292) não usou “método” ou “metodologia” (seja em latim, seja em alemão). Preferiu “regra” ou “regras gerais” para codificar o processo de produção do conhecimento histórico.⁶

Da segunda metade do século XVII ao início do século XIX, as Lógicas permaneceram como modelos de estrutura para os discursos sobre regramento da pesquisa e da exposição históricas e base para justificação dos métodos e de partes do método de escritos qualificados como “de História.” (CHLADENIUS, 1752, p. 21).

⁶ [Die allgemeinen Regeln der historischen Erkenntniß].

As mesmas dicotomias que acompanhamos no início desse texto seriam agora flagradas nos manuais enciclopédicos que circulavam nos Estados alemães, ganhando a estrutura de três ou quatro elementos e ressignificando o termo “metodologia histórica”.

No *Esquema de ciências históricas auxiliares* (1802), J. E. Fabri (1808, p.440-443) empregava esse termo⁷ para designar as coisas da “heurística”, “crítica”, “técnica” e “sofística” e constituir um domínio que servia à Cronologia, Genealogia, Diplomática, Heráldica, Numismática e à Geografia. Era metodologia prescritora de princípios e regras para a “produção”, “composição” e “comunicação” históricas (regras para a *Historik ou ars historica*) e regras para o conhecimento das obras e dos conteúdos e os seus respectivos usos na vida prática (Historiografia). Vemos aí uma estrutura similar (embora anterior) ao quadripartidismo de Droysen e de Bernheim, fundado em elementos da Lógica aristotélica: descoberta (heurística e crítica) / demonstração (concepção e representação).

Na *Enciclopédia de ciências históricas auxiliares* (1808), de J. G. Fesmaier, a situação se inverteu: “método histórico” tornou-se elemento da “Crítica Histórica”, uma das ciências auxiliares históricas. Tal método compreendia princípios para a apresentação (acadêmica e pragmática) (FESMAIER, 1802, p.202-293, p.308-309), cujas formas eram derivadas das regras da Lógica. Para Carl Traugott Gottlob Schönemann (1765-1802), “metodologia abarcava as operações dos “estudos históricos” e do “ensino” histórico: preparação do material (busca e crítica de fontes) e tratamento do material (seleção, concatenação e representação) (SCHÖNEMANN, 1799, p.12) do mesmo modo que as díades privilegiadas pelos citados Moeller e Tardif.

Durante o século XIX, dada a sofisticação, por exemplo, nos escritos já canônicos de Kant e de Hegel, a apropriação das Lógicas se deu de modo mitigado (mesmo em termos de “método” – a palavra e a coisa atribuída pelos filósofos apropriados).

Na versão mais elaborada da lógica transcendental, inserta na *Crítica da razão pura* (1781/87),⁸ Kant (2013, p.96-97) dissertou sobre as regras do conhecer conceitual, isto é, sobre as leis que governavam o entendimento ou faculdade de pensar, mas distinguiu a Lógica do “uso universal

⁷ [Historische Methodologie]

⁸ Nas notas de aulas ministradas, desde 1765 e publicadas em 1800, método é definido como a "maneira pela qual há de se conhecer completamente um certo objeto, ao conhecimento do qual ele deve ser aplicado" (p.37). Método tem como objeto as regras e como fim a "perfeição lógica do conhecimento". (KANT [1800] 1992, p.158, p.160, p.163).

do entendimento” (“Lógica elementar”) e a Lógica do “pensar corretamente sobre um certo tipo de objetos” (“*organon*”).

Resultante da sua concepção fenomenológica (da separação entre o sujeito conhecedor e um objeto com hipotética existência em si mesma), a Lógica Geral Pura foi reservada ao estudo das formas do pensamento intuitivo ou conceitual, classicamente conhecidos como os imperativos categóricos tempo e espaço. Sob a designação de “Lógica Transcendental”, o escrito de Kant (2013, p.40) determinava, desse modo, “a origem, o alcance e a validade objetiva” dos conhecimentos *a priori* (independentes dos objetos experimentados).

Foi justamente essa parte da Lógica kantiana (o entendimento do tempo como intuição pura e mais abrangente) que Droysen empregou para fundamentar parte da sua versão de Ciência Histórica. Ele caracterizou o domínio como modo de ver as coisas em sucessão (diferenciando-a da Geografia que, por sua vez, seria modo de ver as coisas em simultaneidade). (DROYSEN [1882] 1977, p. 421; KANT, 2013, p. 71, p. 79-80).

Em polo oposto, foi justamente essa a parte da lógica de Kant que Xenopol reprovou em sua *Teoria da História*. Ele preferiu a concepção de tempo e espaço como coisas exteriores ao sujeito do conhecimento, apoiando-se na Lógica do inconsciente de Eduard von Hartmann (1842-1906).

Quanto à Lógica particular, que pensava objetos específicos constituintes de ciências particulares, ela não foi desenvolvida por Kant e se algo fizesse de semelhante, estaria, provavelmente, direcionado às Ciências Naturais. No entanto, a possibilidade de uma lógica particular aplicada à História foi levada adiante por Bernheim. Ele a desenvolveu sob a designação de “metodologia da História” (1889). Tratava-se de um novo domínio histórico que ofereceria os princípios e procedimentos práticos constituintes dos métodos empregados na pesquisa histórica, dentro dos mesmos critérios referidos e abonados por Kant.⁹

Adiante, a sofisticação de Kant, em termos da relação sujeito-objeto, foi ampliada por Hegel (2015, posição 697) que estabeleceu a integridade matéria-conceito (ou ser e vir-a-ser). Ele também tratava das leis do pensamento, mas admitia ser inapropriado abstrair a Lógica de todo

⁹ “A lógica do uso particular do entendimento contém as regras para pensar corretamente sobre um certo tipo de objetos. [Pode ser denominada] o *organon* desta ou daquela ciência [e] é apresentada nas escolas, muitas vezes, como propedêutica das ciências.” Kant (2012, p.97).

“conteúdo” (o pensado): “uma vez que o pensar e as regras do pensar devem ser seu objeto, ela já possui imediatamente seu conteúdo peculiar.” Essas leis e regras do pensamento (forma e conteúdo da Lógica) constituíam para Hegel as coisas do “método” ou do “método científico”.¹⁰

Tais regras foram referidas intensamente na primeira parte do seu texto (doutrina do Ser). Contudo, foi o conjunto das operações distribuídas ao longo da sua Lógica (e experimentadas na constituição do Ser e da Essência) que ganharam algum espaço nos manuais de TMH produzidos na passagem do século XIX para o século XX. Essa ideia hegeliana de que a realidade é pensamento (e vice-versa) e de que o pensado se configura nos movimentos de afirmação, negação e síntese (ou “ser”, “nada” e “tornar-se”) foi designada como “método dialético” e serviu de molde ao próprio Hegel para a invenção de uma História da Humanidade, provocando reações positivas e negativas por parte de escritores de TMH.

Em relação à forma dessa História (o método dialético), encontramos aprovações no texto de Collingwood, adversário do método experimental e de propostas realistas ingênuas do conhecimento.

Por outro lado, encontramos reprovação do método dialético no texto de Villari que defendia o “método experimental” e/ou o “método positivista” como freio à desreferencialização da realidade na representação disseminada do passado. As negações em termos de conteúdo, por seu turno, foram esboçadas na TMH de Labriola (embora, nesse ponto, já estejamos avançando muito mais para o campo da especulação metafísica).

Considerações finais

Nas histórias do método histórico ou nas histórias e como a História veio a se tornar “ciência” é comum reivindicar a contribuição de um ou outro domínio de diferentes campos do conhecimento. A Filosofia, em seus ramos retórico e dialético, mãe, madrastra ou concorrente da História, é o sujeito preferencial de comparações quando o século XIX ajuda a constituir o objeto historiado. A Lógica, ao contrário, tem merecido pouco atenção.

¹⁰ Também grafa “método do cálculo infinitesimal”, “método do cálculo diferencial”, “método matemático” (geométrico e analítico).

Com as breves informações sobre os conhecimentos e o ensino de Lógica e os conhecimentos e o ensino de História, via o exame de manuais propedêuticos em longa duração, esperamos que uma conjectura muito previsível tenha sido razoavelmente demonstrada e testada a respeito do tema: a ideia de que a arquitetura dos mais conhecidos discursos sobre métodos históricos, produzidos na passagem do século XIX para o século XX, copia a arquitetura dos manuais que ensinavam a arte de ordenar os raciocínios ou a Lógica, produzidos, principalmente, entre os séculos XVI e XIX.

A reflexividade de domínios dos Estudos Históricos em domínio da Lógica fica mais clara quando comparamos a segmentação (em quantidade e substância) flagrada em textos de Lógica e a segmentação operada pelo escritor de História que dele se apropriava, principalmente, ao tratar da divisão do *methodus* (histórico) em operações bi, tri ou quadripartite.

Entre meados do século XIX e meados do século XX, percebamos ainda alguns professores de Filosofia, produtores de manuais, impondo lógicas para a(s) ciência(s) da História – John Stuart Mill (1806-1873), Heinrich John Rickert (1863-1936), Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920), Francis Herbert Bradley (1843-1924), William Brindley Joseph (1867-1943) e Henri Berr (1863-1954) – ou, de modo raro, aceitando a reflexão sobre objetos, fins e métodos produzidas por autodenominados historiadores como produtos dignos de figurar em compêndios gerais de Lógica – Susan Stebbing (1855-1943).

No mesmo período, contudo, assistimos à proliferação de manuais de TMH, com idêntico poder dos impressos de Lógica, legitimados que estavam com a instituição da História na condição de licenciatura em muitos países. Nesse novo tempo, as escritas já praticavam verdadeiros programas de Lógica (busca da verdade, métodos destinados à investigação e à exposição), mas sem a preocupação de citar esse ou aquele filósofo ou sistema. Além disso, incorporavam como históricas as questões relativas à natureza da verdade e às respectivas regras de validação, construídas sob ideais de imparcialidade e de objetividade. A situação, agora, se invertia, estando as Lógicas dispersas no interior dos manuais de Teoria da História ou de Introdução aos Estudos Históricos.

Referências

ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru: Edipro, 2010.

ASHWORTH, E. Jennifer. Developments in the fifteenth and sixteenth centuries. In: WOODS, J. **Handbook of History of Logic**. Amsterdam: Elsevier, 2008. p.609-646, v.2.

BACON, Francis. *Novo Órganon [Instauratio Magna]*. São Paulo: Edipro, 2014.

BACON, Francis. *Novum Organum*. New York: P. F. Collier, 1902.

BARROS, Alberto Ribeiro G. de. Jean Bodin. In: PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores clássicos da História**. De Heródoto a Humboldt. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RIO; Petrópolis: Vozes, 2012. p.171-191. v.1.

BELNA, Jean-Pierre. *Histoire de la Logique*. Paris: Ellipses, 2014.

BERNHEIM, Ernst. **Lehrbuch der historischen Methode**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1889.

BLAKEY, Robert. **Historical sketch of Logic, from the earliest times to the present day**. London: H. Baillière, 1851.

BRADLEY, F. H. **Principles of Logic**. New York: G. E. Stechert, 1912 [1883].

CHLADENII, Johann Martin. **Algemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Gelahrheit geleyet wird**. Leipzig: Friedrich Lanckischens Erben, 1752.

CHLADENIUS, Johann Martin. **Princípios gerais da ciência histórica – Exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes**. (1752).

Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

COUSINET, Marie-Dominique. **Histoire et méthode à la Renaissance: une lecture de la Methodus ad Facilem Historiarum Cognitionem** de Jean Bodin. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996.

CROCE, Benedetto. **Logic as the science of the pure concept**. London: Macmillan, 1917. (Traduzido por Douglas Ainslie).

DESCARTES, René. *Discours de la methode pour bien conduire as raison, e chercher la verité dans les sciences. Plus la Dioptrique. Les Meteores. Et la Geometrie. Lui sont des essais de cete Methode.* [Leyde]. Ian Maire, 1637.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Ática, 1989. Apresentação e comentários de Denis Huisman. Tradução de Elza Moreira Marcelina.

DROYSEN, Johan Gustav. **Grundriss der Historik (Die erste Vollständige Handschriftliche Fassung (1857-1858)).** Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977. p.

ERLAND, Sellberg. Petrus Ramus, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (2016). Disponível em <https://www.plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/ramus/> Capturado em 12 dez. 2018.

FABRI, Johann Ernst. **Encyclopädie der historischen Hauptwissenschaften und deren Hilfs-Doctrinen.** Erlangen: Johann Jakob Palm, 1808.

FESMAIER, Johan Georg. **Grundriss der historischen Hilfswissenschaften.** Landhut: Anton Weher, 1802.

GABBAY, Dov M.; WOODS, John. **Handbook of the History of Logic.** Mediaeval and Renaissance Logic. Amsterdam: Elsevier, 2008. v.2

GENTILE, G. Contribution à l'histoire de la méthode historique. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, v.5, n.14, p.129-152, 1909.

GRAFTON, Anthony. The identities of History in Early Modern Europe: prelude to a study of the *Artes Historicae*. In: POMATA, Gianna; SIRAISSI, Nancy G. (Eds). **Historia: Empiricism and Erudition in Early Modern Europe.** Cambridge, Mass, MIT University Press. 2005. p.41-74.

GRAFTON, Antony. **What was History – The Art of History in Early Modern Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HEDERICHS, Benjamin. **Anleitung zu den fürnehmsten historischen Wissenschaften.** Wittemberg: Gotfried Zimmermannen, 1711.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica**: a doutrina do ser. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016. Tradução de Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini.

JOSEPH, H. W. B. **An introduction to Logic**. Oxford: Clarendon Press, 1906.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 3ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Edusf, 2013.

KANT, Immanuel. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

MENNA, Sergio Hugo. Apresentação: Francis Bacon e o *Novo Organum*. In: BACON, Francis. **Novo Organon** [*Instauratio Magna*]. São Paulo: Edipro, 2014. p.9-15.

MIKKELI, Heikki. **An Aristotelian response to Renaissance Humanism**: Jacopo Zabarella on the nature of arts and sciences. Helsinki: [SHS] 1992.

MILL, John Stuart. **System of Logic, ratiocinative and inductive**. 3ed. London: John W. Parker, 1851. v.1

MORAES SILVA, Antônio. **Dicionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. t.1.

NEIL, Samuel. **The Art of reasoning**. London: Walton and Maberly, 1859.

PANDEL, Hans-Jürgen. Fragestellung. In: **Historik und Didaktik: Das Problem der Distribution historiographisch erzeugten Wissens in der deutschen Geschichtswissenschaft von der Spätaufklärung zum Fühhistorismus (1765-1830)**. Stuttgart: Bad Cannstatt, 1990. p.11-22. 343

POMATA, Gianna; SIRAISSI, Nancy G. (Eds). **Historia**: Empiricism and Erudition in Early Modern Europe. Cambridge, Mass, MIT University Press. 2005.

RAMEE, Piere de la. **Dialectique**. Paris: André Wechel, 1555.

ROUX, Sophie. Logique et méthode au XVIIe siècle. *Cahiers Philosophiques de Strasbourg*, Université de Strasbourg, p.21-46, 2012. Disponível em < halshs-00813053 > Capturado em 9 nov. 2018. 345

SCHÖNEMANN, Carl Traugott Gottlob. **Grundriß einer Encyclopädie der historischen Wissenschaften**. Göttingen: Johann Christian Dieterich, 1799.

STEBBING, L. Susan. The contrast between experimental and historical sciences. In: **A modern introduction to Logic**. 3ed. London: Methuen, 1933. p.375-388.

TARDIF, Adophe. **Notions élémentaires de Critique Historique**. Paris: Alphonse Picard, 1883.

THOMASENS, Christian. **Einleitung zu der Vernunft Lehre**. Halle: Christoph Salfelds, 1719.

VASOLI, Cesare. Preface. In COUSINET, Marie-Dominique. **Histoire et méthode à la Renaissance: une lecture de la Methodus ad Facilem Historiarum Cognitionem** de Jean Bodin. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996. p.7-15.

WOLF, Christian. **Philosophiarational sive Logic – Methodo scientifica pertractata, et ad usum scientiarum atque vitae aptata**. Verona: Dionysii Ramazini, 1735.

WUNDT, Wilhelm. **Logik. Logik der Geisteswissenschaften**. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1908. t.2.

Recebido em 13- 10- 2022

Aprovado em 16 - 01 - 2023